

INCLUSÃO ESCOLAR: SEM FORMAÇÃO, NÃO HÁ.

Vanderléia Lima de Oliveira ¹ Amélia Cristina de Oliveira²

INTRODUÇÃO

A inclusão educacional é um dos pilares centrais da educação contemporânea, especialmente após a promulgação de leis que asseguram o direito à aprendizagem para todos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou emocionais. Apesar dos avanços nos discursos e nas políticas públicas voltadas à inclusão, a formação pedagógica dos profissionais da educação ainda revela lacunas significativas quanto à preparação para atuar de forma efetiva em contextos inclusivos.

No cenário atual, marcado pelo crescente número de estudantes com deficiências nas escolas, torna-se indispensável que os educadores busquem formação continuada e atualização constante. Com frequência, os cursos de licenciatura não contemplam de maneira satisfatória os conhecimentos e práticas necessários para atender à diversidade existente nas salas de aula. Esse despreparo repercute diretamente nas dificuldades enfrentadas pelos docentes, que precisam oferecer atenção diferenciada, adaptar currículos, utilizar recursos pedagógicos acessíveis e respeitar o tempo de aprendizagem de cada aluno. Além disso, os desafios estruturais do sistema educacional — como a falta de materiais adequados e o número elevado de estudantes por turma — tornam o processo de inclusão ainda mais complexo.

Como professoras de Educação Especial da rede pública de ensino do Rio Grande do Norte, vivenciamos diariamente essa realidade e buscamos compreender de forma mais profunda o impacto da formação especializada no êxito do processo inclusivo.

Diante desse contexto, é imprescindível que os currículos dos cursos de formação docente sejam revistos à luz das diretrizes da educação inclusiva, de modo a incorporar, desde os primeiros períodos da graduação, conteúdos que abordem as diferentes deficiências, a acessibilidade, as adaptações curriculares e as estratégias



























¹ Professora do Estado do Rio Grande do Norte, <u>vanderleiaeducacao@gmail.com</u>;

² Professora do Estado do Rio Grande do Norte, <u>ameliacor@hotmail.com</u>;



pedagógicas que promovam a participação, o desenvolvimento e a aprendizagem significativa de todos os estudantes.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Os procedimentos metodológicos adotados neste estudo envolveram uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa qualitativa de natureza aplicada. A investigação baseou-se na abordagem dialética, utilizando o estudo de caso como método central, com foco nos educadores das redes pública municipal e estadual do município de Serra de São Bento, no Rio Grande do Norte.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para embasar a análise teórica, recorremos a autores que discutem amplamente a temática da inclusão e da formação docente, como Mendes (2002), Aranha (2000) e Roth (2006). Além da revisão bibliográfica, realizamos a coleta de dados por meio de questionários semiestruturados, aplicados aos professores participantes, buscando compreender suas percepções e práticas relacionadas à educação inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente capítulo tem como finalidade apresentar, analisar e discutir os resultados obtidos a partir da aplicação dos instrumentos de coleta de dados nas instituições pesquisadas – a Escola Estadual Professor Joaquim Torres, situada no município de Serra de São Bento/RN. Os dados foram organizados e interpretados à luz do referencial teórico previamente discutido, buscando estabelecer relações entre a prática pedagógica, a ausência de um currículo voltado para a inclusão e as percepções dos profissionais da educação acerca desse processo.

De forma geral, os resultados deste estudo revelam que as escolas ainda não contam com um quadro suficientemente robusto de profissionais especializados capaz de garantir, de maneira plena, a inclusão escolar. A ausência de equipes



























multiprofissionais e a limitação no número de especialistas impactam diretamente a qualidade do atendimento aos estudantes com deficiência ou com necessidades educacionais específicas.

Esse contexto evidencia a urgência de investimentos consistentes em políticas públicas educacionais que promovam a ampliação da contratação de profissionais especializados e assegurem sua atuação contínua e efetiva nas instituições de ensino. Apenas com a presença permanente desses profissionais será possível consolidar práticas inclusivas reais, que ultrapassem o esforço individual dos professores ou a atuação isolada de um único profissional de apoio. O objetivo é caminhar em direção a um modelo coletivo, colaborativo e interdisciplinar de atendimento educacional especializado, capaz de atender às múltiplas dimensões da inclusão.

Tal perspectiva representa uma ruptura com abordagens simplistas e excludentes que, historicamente, marcaram o sistema educacional. Como afirma Carvalho (2014), vivenciamos um momento em que a segregação está sendo questionada, e o foco se volta para a construção de práticas verdadeiramente inclusivas. Assim, o desafio enfrentado pelas escolas contemporâneas passou por uma transformação significativa: não se trata apenas de inserir o aluno com deficiência no ambiente escolar, mas de garantir que ele participe, aprenda e se desenvolva plenamente dentro de uma comunidade educativa que valorize a diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, conclui-se que a ausência de um currículo inclusivo nos cursos de formação pedagógica representa um entrave significativo para a efetivação da educação inclusiva no Brasil. Contudo, também se evidencia que há caminhos possíveis para superar essa lacuna, desde que haja investimento político, institucional e pedagógico que assegure condições reais de implementação. A inclusão não pode ser reduzida a um discurso abstrato ou a uma exigência normativa: ela deve ser incorporada de maneira prática, crítica e transformadora, tornando-se parte constitutiva da cultura escolar e do fazer pedagógico.

REFERÊNCIAS



























ANTUNES, Celso. **Alfabetização emocional**: novas estratégias. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL, **Lei nº 13.935**, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 14 mai. 2025.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva**: a reorganização do trabalho pedagógico. 6ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.























